



Análise de Conjuntura

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas.

Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória obtida sofrerá também uma derrota.

Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.

Sun Tzu

Em política ou na arte da guerra, não se subestima o inimigo. O principal erro das forças políticas progressistas no país poderá ser o de subestimar o que será o governo Bolsonaro. Afinal, sua vitória nas últimas eleições não foi meramente uma derrota eleitoral para a classe trabalhadora, mas uma derrota política de enormes proporções para o próximo período.

Achar que este é um governo fraco, apesar de suas contradições internas e do bate-cabeças de recuos de medidas previamente anunciadas, é um engano. Sérgio Moro, que impediu a candidatura de Lula, foi alocado no superministério da Justiça com a pseudo proposta de combate a corrupção e à criminalidade, dialogando com os setores médios que projetam neutralidade no Judiciário (que, por sua vez, é o poder mais reacionário e antidemocrático no país). Essa semana o ministro Luiz Fux arquivou processo investigativo criminal do MP-RJ (relatório do Coaf em que havia indícios de recebimento de propina) dirigido a Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro. A blindagem da família Bolsonaro e seus escândalos de corrupção agora vem do STF, “com supremo e com tudo”.

A contradição é que temos um Presidente da República sem nenhum preparo para governar o país. Para ficarmos em um exemplo, vivemos uma tentativa de gestão da economia por um presidente que revelou não entender nada de economia e de mercado. Mas os bastidores de seu governo precisam ser levados em conta.

As pautas reacionárias do neofascismo adquiriram audiência de massas. Há um discurso protofascista no plano ideológico combinado com medidas ultra-neoliberais de mercado. Este parece ser o núcleo central do governo. Suas pretensões são desmontar a educação pública – e a Rede Federal é um dos alvos centrais –, destroçar direitos sociais vinculados à Constituição de 1988, desnacionalizar as riquezas nacionais e aprovar a Reforma da Previdência para o mercado. A ofensiva reacionária ganha forças nesse contexto.



O desgoverno de Jair Bolsonaro, em seus primeiros 18 dias de gestão, já revela a que veio. Com decretos presidenciais e expedição de medidas, algumas analisadas abaixo. A liberação do porte de arma foi uma das prioridades e das mais preocupantes medidas da semana.

Os desafios para a rede federal de educação são imensos. Os ataques aos trabalhadores e a educação pública são monumentais. Da política de não incentivo ao reajuste digno do salário mínimo à extinção da Secretaria da Diversidade, Alfabetização e Inclusão do MEC (incentivando o preconceito); da proibição da demarcação das terras indígenas pela Funai (cuja responsabilidade passa a ser do agronegócio) ao anúncio da liberação da posse de armas de fogo; da extinção dos ministérios do Trabalho, da Cultura, das Cidades, Esportes e Integração Racial ao esvaziamento da Comissão de Anistia; da promessa de Reforma da Previdência ao anúncio de demissão sumária de servidores que se opuserem a seu regime autoritário e excludente; da Extinção do Conselho responsável pelo combate à fome e o Bolsa Família ao decreto que altera a LDB e libera que alunos faltem em provas e aulas com justificativas religiosas; da militarização de postos-chaves do governo federal a nomeação de um ultra-reacionário carola para o MEC; dentre outros.

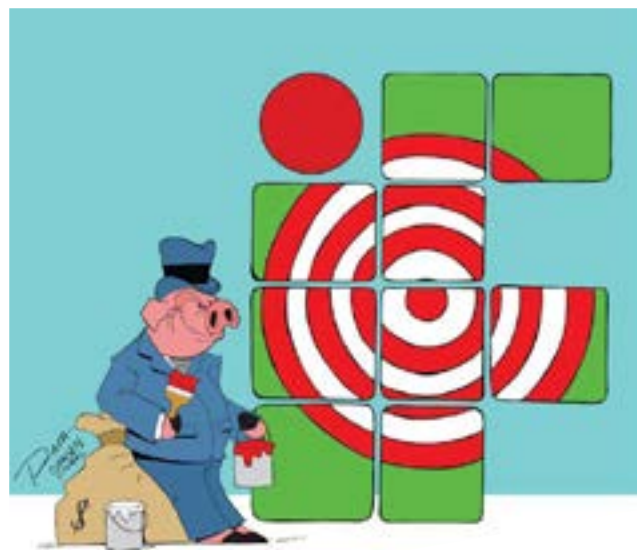
Logo nos primeiros dias do desgoverno Bolsonaro, não faltaram ataques às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas (MP 870/2019 contra a população indígena, perda de poder da Funai, e a pasta do Agronegócio passa a influir sobre temas como delimitação e demarcação de território comentada a seguir), além do desprezo aos direitos da população LGBT (retirados da lista de segmentos da população que necessitam de políticas e atenção específica por suas características e vulnerabilidades).

Postos-chave do executivo são preenchidos por militares. Nos bastidores do governo, os ministros da economia e casa civil estão planejando a retomada do projeto da reforma da previdência, a fim de reformular a proposta de Temer e intensificar a retirada de direitos dos trabalhadores. Enquanto isso o pântano do Congresso Nacional se

articula para escolher seus líderes, com forte perigo de se assegurar a figura nefasta de Rodrigo Maia.

As mudanças ministeriais são de grande monta. Na educação, temos um ministro ultra-conservador. Na calada de final de ano, o Projeto de Lei que altera a Lei de criação dos IFs (nº 11892/12 e nº 12706/08) também analisado a seguir, dentre outras medidas específicas. Destacamos, ainda, a Portaria n.1428, que possibilita aos empresários do ensino superior ofertarem até 40% da educação presencial em modalidade EaD, sucateando o ensino e precarizando a educação privada.

A pauta nacional da educação em defesa da escola sem mordida – uma Frente Nacional contra o Escola Sem Partido – ganha maior relevância nesses tempos sombrios. Diante da ofensiva reacionária na educação, somos solidários uns aos outros. O SINASEFE reafirma seu compromisso em defender a Rede Federal e os serviços públicos, na batalha pela construção da mais ampla unidade de ação com demais entidades do serviço público e da classe trabalhadora. Resistência unificada é nossa palavra de ordem. Ninguém solta a mão de ninguém. É preciso lutar, é possível resistir!



DN divulga pauta da próxima Planária Nacional

A 157ª Plenária Nacional do SINASEFE será realizada de 15 a 17 de fevereiro, no San Marco Hotel, em Brasília-DF. O último dia do fórum (domingo) terá como programação a participação na Reunião Ampliada do Fonasefe - que debaterá a Campanha Salarial de 2019 dos servidores federais.

O fórum acontecerá dentro de uma conjuntura de ataques à nossa soberania, ao nosso futuro, à educação pública e aos serviços públicos essenciais à população - principalmente aos mais pobres.

A proposta desta PLENA é de que possamos nos articular com os movimentos sociais e outras categorias do serviço público; que possamos debater os novos ataques à educação e o desmonte do Estado - para que ele seja totalmente destinado a atender o sistema financeiro, os mais ricos e seus serviços.

Pauta

A pauta da Plenária definida pela Direção Nacional (DN) do sindicato tem a seguinte programação:

15 de fevereiro (sexta-feira)

- 10 horas: Credenciamento
- 13 horas: Informes das seções sindicais, da DN, da CSP-Conlutas, da Frente Povo Sem Medo, de demais comissões do SINASEFE, dos Encontros Regionais (relatórios) e do 3º ENE
- 15 horas: Análise de conjuntura pelos movimentos sociais e estudantil (MTST, MST, 8M, Pastoral Operária e Fenet)



- 17h30min: Encerramento do credenciamento e lanche
- 18 horas: Informes do credenciamento
- 18h10min: Educação - conjuntura de ataques e organização da luta na defesa da educação como direito e da Rede Federal
- 19h30min: Grupos de Trabalho (GTs) - quatro temas.
- GT 1: Nesta conjuntura de ataques múltiplos, quais prioridades o SINASEFE elege para o enfrentamento na defesa da Rede, dos direitos da categoria e da classe?
- GT 2: Quais as prioridades da luta do serviço público federal? (preparação para o debate na Reunião Ampliada do Fonasefe)

- GT 3: Como encarar o desafio de construção e fortalecimento da unidade para as lutas (frentes, centrais, estudantes, movimento sociais)?
- GT 4: Como atuar junto à população em geral para engajamento na Campanha em Defesa da Rede Federal de Educação?
- 22 horas: Encerramento do primeiro dia

16 de fevereiro (sábado)

- 8h30min: Apresentação dos GTs (deliberações e encaminhamentos)
- 12 horas: Almoço
- 13h30min: 8M - organização da participação do SINASEFE
- 14h30min: 33º Congresso do SINASEFE
- 18 horas: Lanche
- 18h30min: Encaminhamentos para a Reunião Ampliada do Fonasefe
- 21 horas: Encerramento do segundo dia

17 de fevereiro (domingo)

- Participação na Reunião Ampliada do Fonasefe

Orientações aos participantes

As mesas de análise de conjuntura e de educação não terão inscrições para debates e posicionamentos, apenas para perguntas aos palestrantes. O debate estará garantido tanto nos GTs quanto nos momentos de deliberação e organização (sexta à noite e sábado).

Para preparação da 157ª PLENA, a DN sugere que, nas

assembleias para eleições de delegados, as perguntas norteadoras dos GTs sejam debatidas e as bases tragam propostas pertinentes às mesmas.

A Reunião Ampliada do Fonasefe (confira o relatório da reunião semanal do fórum) será parte integrante da programação da Plenária e a DN recomenda que todas as seções participem dela. As lutas pelos direitos da classe trabalhadora, defesa da soberania, defesa dos serviços e dos servidores públicos precisam da mais ampla unidade, por isso é fundamental que as bases estejam nesta Reunião Ampliada - que esse será um importante espaço de organização destas lutas.

Para o debate sobre o 8M (Greve Internacional de Mulheres no dia 8 de março) é interessante que as seções já se mobilizem para se incorporar à organização dos eventos e atos deste dia e que tragam propostas de como o SINASEFE NACIONAL pode contribuir com a organização e estímulo à participação da categoria. Também é interessante que as seções tragam relatos de como participaram das atividades em 2017 e 2018.

Hospedagens

As hospedagens dos participantes podem ser feitas no San Marco Hotel (mesmo local onde ocorrerá a 157ª PLENA). O valor para quartos individuais é de R\$ 190,00. Quartos duplos custarão R\$ 210,00. E quartos triplos R\$ 320,00. Todos os valores são acrescidos de 10% de taxa de serviço.

Reservas podem ser feitas pelos telefones (61) 2103-8444/2103-8445 e/ou pelo e-mail mariadejesus@sanmarco.com.br.

Creche

Pedidos e reservas para a creche de crianças até 12 anos podem ser feitos até o dia 1º de fevereiro pelo telefone (61) 2192-4050.

Síntese de algumas medidas de Bolsonaro que atacam a Educação e a Rede Federal

O plantão iniciou seus trabalhos buscando estudar as novas medidas que atingem a educação pública e os direitos dos trabalhadores do final do governo ilegítimo de Temer e o início do governo armamentista de Bolsonaro.

Serão publicados estudos completos em tempo pela Pasta de Políticas Educacionais e pela DN que não puderam ser concluídos ao longo deste plantão. Entretanto, é necessário ressaltar alguns pontos gerais.

Começando pelo famigerado PL 11279/2019 encaminhado pelo moribundo governo golpista no dia 31 de dezembro, junto a outros projetos. É importante ressaltar que por se tratar de projeto de lei, esta medida ainda tem que tramitar nas duas casas legislativas e, portanto, nada que ela propõe está em vigor e o que se tornará ou não lei dependerá da nossa pressão sobre o Congresso Nacional.

Esse projeto propõe alterações principais em três aspectos:

1. Dá continuidade ao processo de desmembramento das universidades (da UFAM e regularizando o desmembramento da UFPE) e começa o processo de reorganização da nossa rede com o desmembramento do IFSP em Instituto Federal do Centro Paulista (reitoria em Campinas) e Instituto Federal do Oeste Paulista (reitoria em São José do Rio Preto), além do desmembramento do IFBA e IFBaiano (cuja reitoria passa para a cidade de Vitória da Conquista), criando o Instituto Federal do Sul da Bahia (reitoria em Ilhéus). Chama a atenção que todos as criações de instituições, novos cargos comissionados (324), cargos e vagas (6403) devem, segundo o PL, acontecer “sem aumento de despesa”, expressão que é repetida muitas vezes ao longo do texto. O que já deixa um questionamento: a afirmação é que a

precarização das instituições existentes é a base para criação de novas, o que certamente implicará que as novas também terão fragilidades desde a fundação? A Emenda Constitucional 95 é uma barreira a ser derrubada, e não é possível uma expansão com o mínimo de qualidade e condições de realização de um pressuposto constitucional de que essas sejam organizadas a partir do tripé de ensino, pesquisa e extensão com qualidade e compromisso social;

2. O PL altera essencialmente o caráter da nossa rede quando propõe que no mínimo 70% das matrículas (atualmente são 50%) devam ser dirigidas para o ensino médio técnico, retirando a prioridade ao ensino integrado, acrescentando a qualificação profissional como prioridade e retirando a formação de professores dos objetivos prioritários da instituição (atualmente é obrigatório que 20% da vagas sejam destinadas à formação de professores). Nessa questão cria um novo parâmetro para o cálculo que é o de “Matrícula equivalente” (Parágrafo único da nova redação dada ao Art. 8º da Lei 11.892/2008) em substituição ao conceito de “Aluno-equivalente” que se afirma na justificativa do projeto (item 41) chama de equiparação entre os conceitos para corrigir a distorção de que o conceito “aluno” daria a ideia de estudante de cursos anuais. É preciso aprofundar o significado dessa alteração, porque ela afeta “todos os estudos e cálculos necessários para o dimensionamento e custeio desta rede de ensino” segundo palavras do próprio governo.
3. O PL cria a figura do técnico substituto, antiga reivindicação da categoria e dos gestores, mas limita à 50% do número de substitutos os que sejam alo-

cados para substituir servidores TAE em formação ou qualificação. Não tem diferenças significativas da forma como são contratados os docentes substitutos.

Um aspecto não diretamente afeito à nossa rede e categoria, mas que aparece como um “jabuti” (jargão parlamentar que fala de um assunto inserido em um projeto de lei que trata de outro tema) nesse PL é uma alteração no caráter da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA – AMAZUL, empresa responsável pelo desenvolvimento da tecnologia do submarino nuclear (aquela que motivou a perseguição ao Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva). No projeto eles autorizam parcerias com instituições públicas e privadas para “oferecer cursos superiores e desenvolver pesquisas científicas, tecnologias e de inovação”.

Outra medida analisada foi a Reforma Administrativa do governo Bolsonaro, apresentada por meio da Medida Provisória 870 de 1o de janeiro de 2019. Há aspectos que ameaçam diretamente a classe trabalhadora e segmentos importantes da população brasileira, como a extinção do Ministério do Trabalho ou a transferência da responsabilidade sobre as demarcações de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (que podia se chamar ministério do agronegócio), entre outros.

Bolsonaro forma um governo que possui basicamente quatro núcleos: 1. a direita tradicional, formada basicamente na continuidade do governo Temer, com representantes do MDB, do DEM, do PSDB e do próprio PSL e com fortes ligações com o agronegócio, que tem entre seus maiores articuladores o ministro que se desculpa de corrupção, Onyx Lorenzoni; 2. o núcleo do mercado financeiro, centrado na figura de Paulo Guedes e seus seguidores, que é totalmente ligado aos interesses do mercado financeiro nacional e internacional; 3. o núcleo militar, basicamente formado por generais do exército (há apenas um representante da Marinha e um da Aeronáutica), coordenado pelo vice-presidente General Mourão e organizado a partir do envolvimento com a Missão no Haiti da qual a maioria deles era coordenador ativo e 4. o núcleo

conservador ligado aos seguidores de Olavo de Carvalho e as Igrejas neopentecostais, dos quais os maiores expoentes são o “nosso” ministro Ricardo Vélaz Rodríguez e a ministra Pastora Damares Alves, além, é claro, do super ministro perseguidor de quem não é tucano Sérgio Moro, que também tem fortes ligações com o primeiro núcleo.

É possível perceber a criação de muitos mecanismos de alteração da estrutura de Estado com a criação de secretarias como a Secretaria Especial de Modernização do Estado (seja lá o que isso pode significar) ou a de Desestatização e de Desinvestimento, ou ainda a de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Todas elas têm a potencialidade de alterar condições de trabalho e forma de remuneração do nosso trabalho em todas as áreas do serviço público federal.

Chama atenção que a Comissão da Anistia foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e que o registro sindical, anteriormente responsabilidade do Ministério do Trabalho é a única área que no desmembramento deste passou à responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Também chama a atenção a extinção de várias secretarias ligadas aos pequenos agricultores nas atividades produtivas, como a Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, a de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e a de Aquicultura e Pesca.

O Ministério da Educação é pouco citado na MP, mas sofre fortes alterações por meio do Decreto nº 9.465 de 2 de janeiro de 2019. Chama a atenção que todos os Secretários são pessoas sem experiência na Rede de Educação Pública, particularmente na federal, sem experiência na gestão e com fortes ligações acadêmicas com o ministro, vários são seus ex-orientandos com pós-graduação em Ciências da Religião.

Esse decreto tem algumas fortes marcas: o papel preponderante do ministério na regulação, atuando sobre as redes municipais e estaduais e com muitas parcerias com a rede filantrópica e também com a privada que visa lucro. Outra preponderância é a citação do ministério como fomentador de produção de conteúdo, o que tem duas consequências principais: a vigilância ideológica, com a imposição de uma visão de mundo sobre todo o conteúdo a ser produzido e divulgado com recursos públicos e mercadorização, com um direcionamento do ministério como comprador de produtos educacionais em vários formatos, reafirmado em todo o decreto, tanto em relação à educação básica, profissional e tecnológica ou superior. Há uma clara defesa e aprofundamento da BNCC e das Diretrizes Curriculares Nacionais como instrumentos legais de imposição de concepções e padrões mercadológicos nesse processo. Há também a criação de uma Diretoria de Acompanhamento e outra de Políticas e Regulação da Educação Básica, que possuem muito possivelmente as funções de patrulhamento e perseguição, apesar de se apresentarem como de colaboração e supervisão. A primeira manifestamente é responsável por “acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Colégio Pedro II”.

Também chama a atenção a criação da Diretoria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, cuja denominação é clara em suas intenções e também uma mudança profunda nas políticas de Alfabetização, tanto nos programas de formação de profissionais envolvidos nessa atividade quanto

nas políticas de fomento, produção científica sobre o tema, com ênfase nos métodos propostos.

A rede de Institutos Federais fica sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, definida no Art. 17 do Decreto. O Novo secretário é Alessandro Ferreira de Souza, que segundo o site Nova Escola “possui pontos em comum de formação e pesquisa com o ministro Vélez Rodríguez. Assim como ele, possui formação em Filosofia, passou pela UFJF e integrou o Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, tendo sido vice-líder do grupo. Compartilham também interesses sobre pensamento luso-brasileiro e filosofias nacionais. Alexsandro possui especialização, mestrado e doutorado em Ciência da Religião também pela Federal de Juiz de Fora, mesma instituição da formação em Filosofia. Atua como professor da rede pública do Espírito Santo.”

Como a maioria dos dirigentes do novo Ministério da Educação não tem nenhuma experiência na área que passa a gerir e muita afinidade ideológica com o núcleo conservador do governo.

O item VIII desse artigo no decreto informa que compete a essa secretaria “fortalecer a rede pública federal de educação profissional e tecnológica e buscar a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para sua efetiva manutenção e expansão”. No inciso XI fica definido que compete a esta secretaria fomentar a integração das redes públicas e privadas e no XIII a articulação com os setores produtivos, sistemas de ensino e agentes sociais. Essa secretaria tem duas diretorias, a de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica. A primeira tem muitas funções de monitoramento e supervisionamento, o que acende um alerta.

Há muitas outras medidas e é preciso acompanhar de perto o desenvolvimento destas, para que nossa oposição e a defesa da educação pública, da Rede e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sejam feitas com qualidade política e conhecimento técnico, permitindo uma disputa na sociedade mais profunda, que demonstre as diferenças de concepção e de projetos.

Já está convocada a mobilização do 8M, a Greve Internacional de Mulheres de 2019

A DN considera que este será um momento fundamental nas nossas lutas de 2019, especialmente a luta nas ruas e com mobilizações de massa. Nesse sentido, estamos buscando que a nossa categoria participe ativamente deste momento, no debate dos eixos de luta, na organização, na mobilização e nos atos.

Por isso recomenda desde já a participação na organização conjunta das atividades em todos os lugares do Brasil e que, se porventura em seu local ainda não há movimentação que o SINASEFE, por meio de suas seções ou Coletivos sobre diversidade, tomem a iniciativa de chamar o movimento feminista, o sindical e outros movimentos sociais para organizar.

O 8M é ponto de pauta da nossa próxima Plenária Nacional por ser entendido como momento prioritário e deve ser debatido em todas as nossas bases.

Confira as convocações das greves do Brasil e Internacional

Este ano voltamos a nos organizar para greve feminista em todo o mundo. Nós paramos: nas casas, nas feiras, nas fábricas, nas universidades e em todos os locais de trabalho; na floresta, nas roças, roçados e terras ocupadas; nas favelas; nas economias populares e empregos precários; nas ruas e nas comunidades, nos hospitais e no campo. Nós paramos em todos os lugares, ampliando mais uma vez nossa greve: derrubamos fronteiras, inventamos novas geografias. Assim redefinimos os lugares de trabalho e produção do valor. Reconhecemos e queremos fazer emergir a dignidade dos trabalhos historicamente invisibilizados, explorados e negligenciados: o trabalho reprodutivo, o trabalho comunitário, o trabalho migrante.

Nós também paramos contra a família heteropatriarcal e o confinamento doméstico, contra a exploração dos nossos territórios, contra o abuso sexual dos homens em posições de poder, contra os feminicídios e travesticídios, contra a criminalização de migrantes, contra a clandestinidade do aborto, contra a justiça patriarcal, contra o empobrecimento e endividamento sistemáticos, contra o assassinato das lideranças territoriais, contra o fanatismo religioso e a moralização dos nossos desejos. Porque paramos contra as estruturas e mandatos que tornam possível a valorização do capital.

Porque temos conseguido articular transversalmente todos esses sentidos, tempos, espaços e práticas da greve é que nós nos tornamos um movimento verdadeiramente antineoliberal, capaz de bloquear e evidenciar todas as violências que hoje exige a acumulação capitalista.

O fascismo global é uma resposta a isso. Uma resposta à massividade, ao radicalismo e ao internacionalismo que nós colocamos em ação como movimento feminista e a partir da multiplicidade dos feminismos. Ouvimos o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, anunciar o combate à “ideologia de gênero” (um conceito promovido pela Igreja Católica e manipulado pelo Evangelismo através de campanhas #Con-MisHijosNoTeMetas), depois de o país passar por grandes mobilizações impulsionadas pelo movimento de mulheres, lésbicas, travestis e transexuais para repudiar a morte de Marielle Franco e gritar #EleNão. Vimos essa mesma resposta fascista no decreto de Pillon, na Itália, em favor da família heteronormativa, assim como na vitória da extrema direita no sul da Espanha. O mesmo aconteceu quando, nos EUA, decidiu-se pela impunidade do juiz da Suprema Corte, Kavanaugh, ou na crueldade de Trump contra as migrantes. Vemos tudo isto se repetir na Argentina, onde o governo de Mauricio Macri continua a impor as políticas neoliberais

que se articulam para a criminalização do protesto, a perseguição de dirigentes sociais, como Milagro Sala, e para militarização dos territórios, além de promover a feminização da pobreza e a precarização dos nossos modos de vida.

O fascismo lê nossa força. É impossível confrontá-lo moderando as demandas do movimento feminista. O movimento feminista não é um acessório de ONGs, nem é inofensivo em termos de disputas políticas, tampouco pode ser banalizado como uma linguagem de legitimação para as práticas neoliberais.

Não há oposição entre a urgência provocada pela fome ou a qual a crise nos submete e a política feminista.

Acreditamos, ao contrário, que é o movimento feminista em toda a sua diversidade que politizou de uma maneira nova e radical a crise da reprodução social como uma crise ao mesmo tempo civilizatória e relacionada a estrutura patriarcal da sociedade. O movimento feminista está alojado em diversas organizações e por isso está presente nas lutas mais tensas do presente. Vimos as donas-da-casa levarem suas panelas para a rua colocando seus corpos na denúncia ao ajuste, à inflação e à dívida. Vimos as sindicalistas responderem às reformas trabalhistas regressivas.

Vimos as mulheres indígenas de Abya Yala promoverem a plurinacionalidade de nossos encontros em face da misoginia dos parlamentares que acreditam ser os representantes da nação. Vimos mulheres em situação de rua discutir o que é a violência das economias ilegais. Vimos as mulheres encarceradas relatarem a máquina da prisão como um lugar privilegiado de humilhação. Temos visto mulheres faveladas tomarem a palavra no Senado para exigir um aborto legal, seguro e gratuito.

Acreditamos que o movimento feminista em toda a sua diversidade e por meio da ferramenta da greve como um processo político de organização transversal, da maré verde, da insurreição das novas gerações, da escuta coletiva às denúncias de abuso sexual entendido como abuso de poder, das genealogias rebeldes que nutrem uma imaginação radical e das lutas contra o extrativismo e a des-

propriação dos bens-comuns, produz aqui e agora uma nova forma política. Uma política que vem para mudar tudo. Uma política que questiona privilégios em todos os espaços, que não protege a impunidade, que não se conforma em delegar as mudanças aos especialistas ou salvadores e que não se submete a falar na linguagem da vitimização.

O movimento feminista tornou-se uma caixa de ressonância de todos os conflitos sociais, traçando alianças que rompem as hierarquias patriarcais, construindo cumplicidade entre as lutas, desenvolvendo novas práticas e linguagens para a emancipação. Por isso, ante ao fascismo neoliberal que quer dobrar sua violência, nós paramos. Paramos porque somos movidas pelo desejo de revolucionar nossas vidas. Paramos porque sabemos que vai cair. Nós estamos derrubando o patriarcado desde baixo.

Nos vemos nas ruas! Vivas, livres e sem dívidas nos veremos!

Texto do Coletivo Ni Una Menos, disponível no site da Mídia Ninja:

<http://midianinja.org/news/convocatoria-para-a-paralisaao-feminista-8m-2019/>



Reunião da Executiva Nacional da CSP-Conlutas e chamado à luta



A Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas se reuniu em São Paulo-SP, no dia 15/01, e contou com a participação de David Lobão pelo SINASEFE. Nesta reunião a Central considera da maior importância a iniciativa de convocação de plenária conjunta das Centrais (veja convocação a seguir) para o dia 20 de fevereiro. Este será um momento fundamental de criação de fórum de organização conjunta e unitária da classe trabalhadora brasileira e deliberou jogar peso na convocação e participação deste momento. Indica a que todas as entidades ligadas à nossa Central se organizem para a participação, inclusive contribuindo para que aconteçam plenárias sindicais preparatórias em todos os estados.

Nota de convocação: Centrais orientam luta em 2019

Reunidas nesta terça (15/01), as centrais sindicais (CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central, CSP - Conlutas, Intersindical e CGTB) reafirmaram sua posição contrária a qualquer proposta de reforma que fragilize, desmonte ou reduza o papel da Previdência Social Pública.

Centrais Sindicais Brasileiras decidem:

- Realização de “Plenária Unitária das Centrais em defesa da Previdência e contra o fim da aposentadoria” no dia 20 fevereiro;
- Orientar a realização de plenárias estaduais e assembleias de trabalhadores para construir a mobilização, decidirem formas de luta, greves e paralisações, para enfrentar as propostas do governo e alertar os trabalhadores sobre a nefasta proposta de reforma da Previdência e ataques à aposentadoria;
- *Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)*
- *Miguel Torres, Presidente da Força Sindical*
- *Adilson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)*
- *Antônio Neto, Presidente Interino da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)*
- *José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST)*
- *Edson Índio, Secretário Geral da Intersindical*
- *Atnagoras Lopes, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS*
- *Ubiraci Dantas, Presidente da CGTB*

São Paulo, 15 de janeiro de 2019

SINASEFE participa da reunião preparatória do Fórum pelos Direitos e Liberdades Democráticas

No dia 18 de janeiro, em São Paulo-SP, o SINASEFE compôs reunião preparatória de construção do Fórum pelos Direitos e Liberdades democráticas (FDL) em conjunto com entidades do serviço público enquanto estratégia unificada de resistência democrática e em defesa dos direitos dos trabalhadores e do funcionalismo público. Esteve representando a Direção Nacional o diretor Michel Torres, do IFRJ. A iniciativa ganha maior importância a medida em que as Centrais Sindicais anunciam plenária nacional ampliada em combate a Reforma da Previdência e contra a retirada de direitos.

Pesar

O plantão acompanhou com tristeza, indignação e apreensão os fatos que resultaram na perda brutal do sindicalizado Haroldo Paiva, professor de artes do IFMG (campus Ouro Preto) e militante do movimento LGBT e permanecerá acompanhando os desdobramentos deste crime brutal. Em tempos de cultura do ódio sempre devemos nos lembrar que a única coisa que jamais podemos tolerar é a intolerância. Recebemos mensagem de solidariedade do Presidente da CEA e de outras pessoas e entidades.

Deixamos nossa solidariedade a companheiros, amigos e familiares do professor Haroldo.

Eventos da CEA convocam educadores à Cuba

De 4 a 8 de fevereiro de 2019 a Confederação de Educadores Americanos (CEA) se reunirá na cidade de Havana, em Cuba, em conjunto com a realização do Pedagogia 2019, para debater os desafios da educação como direito em uma conjuntura internacional de avanços neoliberais que cortam o investimento público em educação em muitos países, de recrudescimento de valores e de forças de ultra-direita que buscam enfraquecer a educação como direito humano fundamental para o exercício da cidadania, democracia e da liberdade. A Direção Nacional não enviará representantes por questões organizativas, mas reforça a importância da articulação internacional para a defesa dos direitos de educadoras e educadores em todo o mundo.

Por isso recomenda que as seções que tenham interesse e possam custear as despesas que enviem representantes para o evento. Se possível que estas comuniquem à DN o envio para que possa ser criada uma articulação da participação do SINASEFE neste encontro.

Mais informações disponíveis nas matérias do nosso website.



Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Textos escritos pelos plantonistas: Aliomar da Silva, Elenira Vilela e Michel Torres

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: dn@sinasefe.org.br e
imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br



Filiado à

